

No Limiar do Século XXI (*)

Ciro Flamarion Cardoso (**)

Introdução: pontos de partida

Das tendências que se entrecruzam neste fim de século, quais marcarão a parte inicial do século XXI? Os fins de século convidam a fazer balanços e a olhar para a frente. O historiador, como homem de sua época, a partir dela interroga o passado - e às vezes também o futuro, por que não? Isto só pareceria improvável a quem achasse ser a história um “discurso” problemático que, “ostensivamente”, pretende falar sobre o passado.¹ Não é, porém, o meu caso, já que para mim a história é uma ciência social que, em seu estudo, ocupa-se das sociedades humanas privilegiando a dimensão temporal.

No entanto, o romancista e ensaísta Ben Bova, escritor de ficção científica, afirmou, com bastante razão, que “ninguém, de fato, escreve sobre o futuro. Os escritores usam situações futuristas para iluminar mais fortemente os problemas e oportunidades do presente”.² Ou seja, apesar das aparências, não tratarei aqui de verdade do futuro, mas o tomarei às vezes como meio ou pretexto para referir-me aos processos sociais do presente e às tendências dinâmicas que contêm.

Meus pontos de partida são limitados. Consistem em duas de minhas preocupações como historiador; e partem das seguintes constatações: 1) ocorreu nas últimas décadas uma deterioração palpável e acelerada do registro erudito da linguagem, principal instrumento que se maneja ao escrever história ou ao dissertar acerca dela;³ 2) fala-se hoje em dia de estarmos ingressando numa época pós-moderna (ou, para Marc Augé, como depois veremos, supermoderna), em que não mais se cria numa história

(*) Este artigo reproduz, com algumas modificações e a introdução de notas de referência, a aula inaugural do primeiro semestre letivo, proferida na Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, em Nova Friburgo (RJ), em 28 de março de 1996.

(**) Professor titular de História Antiga e Medieval, Universidade Federal Fluminense, UFF.

¹ Cf. Jenkins, Keith. *Re-thinking history*. London/New York: Routledge, 1991, p. 26.

² Bova, Ben. *Challenges*. New York: Thor, 1993, p. 295.

³ Instrumento, não substância! Para uma excelente refutação das opiniões que equiparam a História a discursos ficcionais ou literários, ver Carr, David. *Time, narrative, and history*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

que faça sentido e tenha direção; tratar-se-ia, antes, de um período em que as teorias globais de qualquer tipo seriam impossíveis ou perderiam credibilidade e influência mobilizadora.

Quero, pois, interrogar o presente e o que parece será o futuro próximo naquilo em que pode quiçá ser previsível, em busca de respostas àquelas preocupações que mencionei.

1. Sobreviverá o registro escrito e erudito da linguagem?

Três processos, no meu entender, ameaçam na atualidade e continuarão ameaçando no futuro imediato a palavra escrita e o registro erudito da língua. Sua atuação configura um fenômeno geral que, pessoalmente, pude ver em ação, nas últimas décadas, no Brasil, na França, no México, na Costa Rica e nos Estados Unidos.

O primeiro processo concerne à competição com a leitura e a escrita de novas tecnologias que garantem acesso à informação sem a necessidade de ler, ou limitando muito a leitura: meios áudio-visuais; computador (em especial a difusão da multimídia); tipo de escrita empobrecida e gramaticalmente bárbara, usual nos programas de *software* e também nas redes interativas como a Internet (nesta, é bem verdade, paralelamente a redações de alto nível); tecnologias previsíveis a curto prazo e seus prováveis efeitos (penso, sobretudo, no livro cibernético e em processadores de texto capazes de reconhecer a voz do dono e receber ditado).

O segundo processo é a crise da escola tradicional. Na realidade, foi só há dois séculos que, começando em certos países europeus, teve início a difusão generalizada do ensino básico universal. Agora, inteiramente defasada, a escola não consegue responder aos desafios e competições do século XX tardio, de modo a preservar nos alunos os níveis de atenção e interesse que permitam treiná-los a que leiam, desenvolvam a leitura como atividade habitual (sem o qual nunca poderão redigir adequadamente nos padrões da língua erudita). As teorias correntes há algum tempo de que não haveria formas erradas de falar ou escrever, e sim, registros diferentes de uso da língua, embora não sejam em si de todo equivocadas, assemelham-se a uma confissão disfarçada de impotência ou derrota, já que, entre os tais níveis ou registros de uso, o que a escola não preserva é exatamente a linguagem erudita, não conseguindo mais garantir que ela passe de uma geração à seguinte sem constante empobrecimento.

O terceiro processo forma um dos contextos em que os anteriormente mencionados ocorrem. Ao dar-se a abertura progressiva da educação de segundo grau e da educação universitária, neste século, a uma proporção cada vez maior da população, os grupos sociais que controlam o poder e as decisões não arcaram com os custos necessários para manter a mesma qualidade anterior do ensino e da formação, nas novas condições históricas em que semelhante *desideratum* tornava-se de difícil obtenção.

Assistimos, ao longo de cem anos, à invasão progressiva do áudio-visual: cinema, rádio, televisão; videocassetes, televisão a cabo etc. Já hoje, em certos países, muitos dos livros são lançados paralelamente em cassete áudio ou em CD. No futuro próximo, como *bits* são *bits* e se misturam sem dificuldade, os livros em multimídia -

som, escrita empobrecida e simplificada, imagens - deverão multiplicar-se. Já existem e neles é fácil prever que diminuirá ainda mais a parte escrita, como em outros veículos típicos do século: fotonovela, história em quadrinhos. Mesmo porque, a cada geração as pessoas estão em média menos preparadas a redigir com alguma sofisticação e a ler textos de relativa complexidade e extenso vocabulário. Não compartilho, portanto, o otimismo daqueles que afirmam que a difusão dos microcomputadores fez-se a serviço da programação de textos, da escrita. Talvez seja verdade. Mas a maioria, e uma maioria que tende a continuar aumentando, dos textos digitados em computador é de nível muito baixo quanto às exigências de linguagem. É verdade que digitar na Internet constitui uma forma de escrita. E daí? A pichação de paredes e muros também constitui, mas não avança a preservação do registro erudito e sofisticado da língua que, até surgir uma alternativa viável, parece ser necessária àquilo que nos leva a discutir aqui o assunto, i.e., a escrita da História em modalidades aceitáveis no tocante à construção lógica do pensamento e à preservação, através de vocabulário adequado, de idéias e conceitos com grau suficiente de riqueza, nuance e precisão.

Umberto Eco mantém aparentemente um otimismo limitado quanto ao tema ora em discussão, ao assinalar que a nossa não é, como se pretendeu, a época da civilização da imagem, em que a escrita entre em decadência. Seria, sem dúvida, a época do computador e do áudio-visual, mas também da escrita e mesmo de uma “nova alfabetização acelerada”. Em sua opinião, a maior parte do que será visto nos próximos anos nas telas da TV e dos computadores “será palavra escrita, mais do que imagem”. Outrossim, para aprender a trabalhar adequadamente com os computadores é preciso ler livros. Ou seja (e o anterior é só um exemplo entre outros), na idade da imagem aumenta o número de livros, de revistas e de leitores: as “forças centrífugas em relação ao livro são, afinal de contas, forças centrípetas e produzem a necessidade de mais papel impresso”. Mas ele não deixa de acrescentar que, de momento, “estamos falando de quantidade”, e não, “de qualidade”.⁴ E é a qualidade que me interessa nesta discussão.

Nada indica que tais tendências, que se vêm acentuando há décadas, afastando as pessoas dos livros e mesmo dos jornais e revistas (cujo nível de linguagem escrita, hoje, já é pífio em nosso país) - ou, *pace* Eco, de certos tipos de livros, jornais e revistas -, vão mudar no futuro previsível. Elas afetarão ainda mais, isto sim, a educação, os modos de comunicar, a informação e o entretenimento.

Prevê-se para muito em breve o livro cibernético, um microcomputador de finalidade restrita, do tamanho de um livro de bolso, com tela de alta resolução e contendo texto/imagem/som; pois será multimídia em sua vocação, sem dúvida alguma. O texto e eventualmente som e imagem serão gravados num *chip*, talvez por telefone (do editor à livraria, ou mesmo à casa do leitor). Este tipo de livro poderá também falar: se o consumidor não quiser ler, o texto será lido para ele pela máquina.⁵ No tocante aos textos produzidos para este tipo de livro, é previsível que o novo meio encoraje o uso, pelo autor, da linguagem coloquial. Mesmo porque em tal sentido deverá agir o

⁴ Eco, Umberto. “Reflexiones sobre el papel impreso”. In: RODRÍGUEZ, María Elia e LÓPEZ, María Luisa, org. *Signos, lenguajes y discursos sociales*. San José: Editorial Nueva Década, 1991, p. 102-106.

⁵ Quem duvidar dessa possibilidade a curto prazo, trate de examinar o programa *Texto 'LE*, no *Sound Blaster 16* do *Windows 95*. Verificará já ser possível a leitura por computador: este, a partir de padrões sonoros incorporados à memória, reconstitui a voz humana.

computador capaz de ser treinado a reconhecer a voz do dono e ao qual se ditarão textos (o desenvolvimento de computadores com essas características ocupa muitas equipes asiáticas, norte-americanas e européias). Tudo isso ampliará ainda mais a tendência, já existente, a cortar radicalmente os custos da editoração de texto nas editoras. Hoje mesmo, em muitos casos, o texto passa do micro do autor diretamente aos terminais da editora e é publicado sem revisão ou mudança. É claro também que, dado o alto preço do papel e do seu transporte de um lugar a outro, o livro cibernético será muito mais barato e irresistível, mesmo com a dificuldade de controlar as infrações aos direitos autorais, já grave desde a introdução da cópia xerográfica. Existem, sem dúvida, opiniões contrárias. O debate a respeito aparece, às vezes, mesmo na grande imprensa, que se ocupa também de assuntos correlatos, como as tentativas do grande capital de ganhar controle sobre a Internet para seus próprios fins.⁶

Pode acontecer que tais inovações não se generalizem logo, como se viu recentemente com o videofone (telefone acoplado à televisão), cuja tecnologia, embora disponível, foi preterida, na implementação para o mercado, em favor do telefone celular, por ser mais urgente a mobilidade telefônica na independência de redes fixas. Todavia, mesmo se não se generalizarem depressa, isto não afetará a deterioração da língua erudita escrita, a não ser talvez no ritmo, pois há tecnologias suficientes já instaladas e em plena expansão que, com os outros fatores apontados - crise da escola, recusa dos grupos dominantes a aceitar arcar com os custos de uma educação democratizada de qualidade -, caminham nessa direção. Nada indica que a tendência possa ser revertida facilmente. E ela é mundial.⁷

2. São ou serão possíveis teorias holísticas do social?

2.1 A recusa “pós-moderna” da História com sentido e das teorias globais

Como foi dito, meu segundo ponto de partida foi a constatação de haver atualmente quem afirme uma pretensa impossibilidade de que surjam não apenas novas ideologias, mas também teorias globais, holísticas, que funcionem como amplas visões do mundo e da sociedade, no que vem sendo chamado de “fim da História”. Entenda-se por essa expressão fim da história que os homens fazem, se se pretender perceber nela algum sentido, evolução ou progresso, e, concomitantemente, fim da História-disciplina, entendida como uma explicação global do social em seu movimento e em suas estruturas. Diz-se hoje que não há História, e sim, histórias no plural, histórias que são “de” e “para” grupos definidos, sem possibilidade alguma de reivindicar uma autoridade universal.⁸

Nesta posição há, em primeiro lugar, algo de certa forma existencial, típico de uma geração: a chamada geração de 1968. Esta conteve, na Europa, uma sólida esquerda marxista ou marxizante e, no segundo pós-guerra, acreditou sucessivamente em Sartre,

⁶ Ver os materiais reunidos em *Le Monde Diplomatique*. 43, nº 506, Paris, maio 1996, p. 1, 15 e 20.

⁷ Acerca dos temas discutidos acima, examine-se também a visão interessante, se bem que excessivamente otimista, contida em Negroponte, Nicholas. *A vida digital*. 2ª edição. Trad. de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁸ Jenkins, Keith. *Op.cit.*, p. 59-70.

na China maoísta, no eurocomunismo, desiludindo-se cada vez mais. De portadora de esperanças transformadoras do social num sentido abrangente, a geração em questão passou a apoiar movimentos parciais de luta e reivindicação: feminismo, regionalismo, movimento *gay*, ecologismo, movimento negro etc. Outros de seus membros desembocaram na social-democracia, na tecnocracia, no neoconservadorismo ou no neoliberalismo. Paralelamente à descrença, houve de sua parte uma reinterpretação da modernidade e em especial deste século como era de atrocidades, massacres, destruição do meio ambiente, manipulação de uma humanidade cada vez mais massificada, e não, como era de progresso da humanidade e da razão em que a ciência e a tecnologia trariam a felicidade.⁹

Do ponto de vista filosófico e propriamente intelectual, no segundo pós-guerra o marxismo, o existencialismo e a fenomenologia haviam sido combinados, na França, por Sartre e Merleau-Ponty, em receitas que contaram também com algumas pitadas de freudismo. Nesta visão de mundo eclética, altamente influente por algum tempo, percebia-se o ser humano como estando alienado na sociedade contemporânea. Conforme predominasse algum dos ingredientes da síntese, a alienação parecia resultar, seja do capitalismo, seja do naturalismo científico dominante no pensamento ocidental, seja ainda de costumes sociais repressivos, ou da vida social massificada e burocratizada (para não mencionar, às vezes, a indicação da religião como elemento alienante). A libertação podia ser vista como reconstrução da vida social, da cultura moral, ou como um processo de abrir-se cada um às suas experiências mais autênticas. Marxismo, existencialismo, fenomenologia e psicanálise (ou sua mescla em proporções variáveis) nunca dominaram o *establishment* intelectual, na França ou alhures no Ocidente, mas constituíam núcleos de uma oposição teórica de grande prestígio ao *statu quo* social e acadêmico.

Na década de 60, porém, notam-se mudanças radicais no panorama. Reagindo não só às sínteses anteriormente valorizadas mas também sofrendo os efeitos do estruturalismo e ao mesmo tempo rebelando-se contra suas pretensões científicas, filosoficamente influídos por Nietzsche e por Heidegger, intelectuais como Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Michel Foucault e outros rejeitaram o *status* de possíveis focos ao eu como categorizado pela fenomenologia ou pela psicanálise, ou às concepções baseadas numa realização histórica da Razão. Voltando as armas críticas dos estruturalistas contra as próprias ciências sociais e humanas, trataram de anunciar o “fim” de várias possibilidades: de buscar a verdade, de um eu unificado, da fundamentação de sentidos inequívocos, de legitimação da civilização ocidental, de revolucionar em profundidade as estruturas sociais. Tal movimento intelectual desembocou, previsivelmente, num estado de coisas suspenso entre o niilismo e o pansemiotismo, numa negação da explicação em favor da hermenêutica relativista.¹⁰

Paralelamente, no mundo anglo-saxão, embora por outros caminhos, a crise do pragmatismo e do empirismo lógico, em especial na vertente neopositivista, levou a resultados filosóficos comparáveis e, em seguida, a uma forte influência dos pós-

⁹ Para uma boa análise a respeito deste processo, ver: Callinicos, Alex. *Against postmodernism. A Marxist critique*. Cambridge: Polity Press, 1989, em especial p. 162-171.

¹⁰ Além de Callinicos, *Op.cit.*, ver Ferry, Luc e Renaut, Alain. *Pensamento 68*. Ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. Trad. de Roberto Markenson e Nelci do N. Gonçalves. São Paulo: Editora Ensaio, 1988.

estruturalistas franceses.

Tudo isto ocorria enquanto também nos domínios da literatura e da arte tendências críticas se opunham às correntes antes consideradas radicais, num mundo que assistia aos últimos estertores do colonialismo europeu, ao desenvolvimento rápido dos meios de comunicação de massa e à confluência de muitos fatores no sentido de tornar o planeta cada vez menor, mais unificado e menos diverso. Em todos os níveis, as certezas do passado, as do *establishment*, mas também as das oposições, ao menos como antes eram categorizadas, entravam em crise.¹¹

Daí o que alguns chamam de “atitude pós-moderna”, caracterizada pela “morte dos centros” e pela “incredulidade em relação às metanarrativas”. O primeiro ponto, aplicado à história, leva a afirmar que os pretensos centros, em outras palavras, lugares de onde se fala, a partir dos quais se afirmam as diversas posturas diante da história-disciplina, não são legítimos nem naturais, mas sim, ficções arbitrárias e passageiras, articuladoras de interesses hoje percebidos como relativos a grupos limitados, não podendo falar em nome de uma sociedade inteira e, menos ainda, da humanidade. O outro ponto significa que, neste fim de século, qualquer “metadiscorso” ou tentativa de teorizar o mundo completo ou a sociedade como um todo tornou-se impossível devido ao colapso irremediável da crença nos valores de qualquer tipo e numa hierarquização deles que seja válida universalmente. Disto resulta a recusa das teorias - que, segundo alguns, continuará indefinidamente -, o niilismo intelectual contemporâneo, com seu relativismo absoluto e sua convicção de que o conhecimento se reduz a processos de semiose (produção do sentido) e interpretação (hermenêutica), impossíveis de hierarquizar de algum modo consensual. Daí a inevitável dispersão de posições, numa sociedade que, de qualquer maneira, diz-se, tende a partir-se em subculturas pouco relacionadas entre si.¹²

Já afirmei que, infelizmente, sou forçado a acreditar na deterioração da escrita e da linguagem erudita como as conhecemos, o que terá conseqüências difíceis de prever para os historiadores do futuro. Acho, pelo contrário, que a afirmação de que nunca mais haverá teorias globais com alguma chance de promover mobilizações importantes é pura asneira.

Como historiador, considero-me vacinado contra os “fins da história” de qualquer tipo, pois em minha própria vida já conheci vários deles. A expansão econômica do segundo pós-guerra, antes dos choques do petróleo, não levou acaso a que se proclamasse, como fez Walter Rostow, a inelutabilidade de que o mundo todo convergisse para o capitalismo avançado ocidental e nele permanecesse depois? E não fez aparecer várias teorias acerca de um capitalismo doravante em eterna expansão, sem crises conjunturais? Ora, tudo isto hoje tornou-se risível.

Inexistem soluções à vista para problemas como a miséria, o amplo desemprego sem perspectivas previsíveis de absorção, a exploração social, a punção de recursos de

¹¹ Ver a introdução do compilador à antologia: Cahoon, Lawrence E., org. *From modernism to post-modernism*. Cambridge (Mass.)/Oxford: Blackwell, 1996, p. 1-23.

¹² No tocante às conseqüências das posições indicadas para as ciências humanas e sociais, cf. Bohman, James. *New philosophy of social science*. Problems of indeterminacy. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1991; Marcus, George E. e Fischer, M.J. *Anthropology as cultural critique*. An experimental moment in the human sciences. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1986.

certas partes do mundo em proveito de outras mediante velhos mecanismos (a guerra do Golfo, nova tecnológica e estrategicamente, velhíssima em seus objetivos reais) ou novos - serviço da dívida externa do outrora chamado Terceiro Mundo, política de patentes. As próprias questões caras aos “pós-modernos”- devastação da natureza, armamentismo, perigos do emprego da energia nuclear, aperfeiçoamento das técnicas de opressão do indivíduo ou de alguma modalidade específica de indivíduos (mulheres, negros, minorias diversas) - não podem, sem frustração permanente, enfrentar-se sem visões e estratégias globais do social. Seria também interessante verificar se, crescentemente abandonadas nos próprios países mais desenvolvidos as políticas do chamado “Estado do bem-estar”, as tentativas feitas com algum sucesso não há tanto tempo assim de proclamar a morte do conceito de classe social hoje poderiam ser reiteradas com alguma credibilidade.¹³

A meu ver, o verdadeiro problema é a dificuldade de teorizar com sucesso sobre uma sociedade em plena e profunda transformação em seus padrões de organização, em suas formas de relacionamento pessoal, em seus sistemas de produzir, armazenar e transmitir conhecimentos e informações, entre outros aspectos. Vivemos com um pé no mundo gerado pelas revoluções industriais, outro num mundo emergente, potencialmente muito distinto, mas cujas características e conseqüências não estão de todo instaladas, nem são sempre claras. Conseguir teorias globais convincentes implicaria saber separar, nos processos que hoje se entrecruzam, os que serão mais duráveis e estruturantes.

Ainda assim, será que, de fato, inexistem teorias globais do social com potencial mobilizador na atualidade? É incontestável que, à direita, certamente existem e estão tendo bastantes sucesso. À esquerda, isto é, entre os que acham que as sociedades humanas são mutáveis em prazos relativamente curtos e inteligíveis como totalidades e não apenas setor a setor - “em migalhas”-,¹⁴ o quadro é menos claro. O mesmo teríamos a dizer se, simplesmente, procurássemos teorias e explicações generalizantes respeitáveis do ponto de vista intelectual, acadêmico, o que aquelas teorias neoconservadoras não são. Eu dizia que o quadro seria menos claro; nada desprezível, porém, já veremos.

2.2 Teorias à direita: “terceira onda”, “paradoxo global”

O caráter social e politicamente conservador das posições de que se tratará agora não é duvidoso, por mais que as pessoas que propuseram as teorias em pauta se apresentem como defensoras de uma nova civilização que encaram como um progresso para toda a humanidade. O último livro de Alvin e Heidi Toffler foi prefaciado por Newton Gingrich, o líder republicano ultraconservador do Congresso dos Estados Unidos na atualidade.¹⁵ E, em seu prefácio, ele menciona que o casal Toffler, de que é amigo íntimo há mais de 20 anos, foi, nos anos 80, chamado a assessorar o Comando de

¹³ A esse respeito, ver, por exemplo, Calvert, Peter. *The concept of class*. An historical introduction. London: Hutchinson, 1982.

¹⁴ Nestes tempos em que há esforços quotidianos no sentido de confundir a questão, é bom recordar os critérios básicos que distinguem as atitudes de direita e de esquerda diante do social, muito bem sintetizadas em González Casanova, Pablo. *Las categorías del desarrollo económico y la investigación en ciencias sociales*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1967.

¹⁵ Toffler, Alvin e Toffler, Heidi. *Creating a new civilization*. The politics of the Third Wave. Atlanta: Turner Publishing, 1995. As menções às idéias dos autores basear-se-ão neste livro.

Treinamento e Doutrina do Exército dos Estados Unidos (coisa que também fez o próprio Gingsicht), de um modo que, suponho, pode ter influenciado nas modalidades de guerra aplicadas em 1991 contra o Iraque. Por outro lado, no caso de um autor como John Naisbitt, é evidente o caráter de aberta apologia do capitalismo na era do que ele chama de paradoxo global - uma mundialização econômica que ao mesmo tempo se traduz na terceirização e descentralização que favorecem empresas pequenas e médias eficientes, bem como a autonomia dos indivíduos. Por exemplo, em frases como estas da conclusão de um livro que escreveu com Patricia Aburdene:

“No limiar do milênio, (...) possuímos os instrumentos e a capacidade para construir a utopia aqui e agora.”¹⁶

“A expansão econômica do mundo desenvolvido será o fundamento de uma evolução superior e de uma riqueza planetária.”¹⁷

“O pós-guerra fria verá os Estados Unidos e a União Soviética colaborando quanto ao meio ambiente e a modos não ideológicos de acabar com a pobreza.”¹⁸

Não há dúvida, entretanto, de que autores como estes proponham teorias bastante globais e integradas do social, que pretendem sejam válidas para este fim de século e para o futuro previsível.

Sua visão - coerente em linhas gerais, mas com variantes de autor a autor - parte da noção de que estamos vivendo o nascimento de uma nova civilização, cuja tônica é a “vitória do indivíduo”; e, ao mesmo tempo, num paradoxo apenas aparente, vivemos a era da “mundialização” ou “globalização”. Como somos a última geração de um mundo em desaparecimento e a primeira de outro que surge, sofremos conflitos, incertezas, perplexidades, tanto coletiva quanto individualmente.

A percepção dessa nova civilização poderia remontar, nos Estados Unidos, ao período 1955-1965. Nesses anos, pela primeira vez os trabalhadores de serviços e de gestão tornaram-se mais numerosos que os operários e os trabalhadores primários (da agricultura, das minas). O computador se difundia naquela época, como o transporte comercial por aviões a jato, a pílula anticoncepcional etc. Nos anos 70, o declínio da civilização ligada às revoluções industriais seria já visível. E, nestes últimos anos, os indicadores não poderiam ser mais claros. Em 1989 havia, nos Estados Unidos, uns 15 milhões de negócios operados em tempo integral de casa. Hoje, cerca de 30 milhões de norte-americanos trabalham em casa total ou parcialmente, graças ao computador, ao telefone celular, ao fax. Em 1995, a exportação de serviços e propriedade intelectual (patentes) foi igual, naquele país, à soma das exportações de artigos eletrônicos e de carros. Três quartos da força de trabalho estão lá nos serviços e nas atividades “supersimbólicas” (ou seja, vinculadas à informação, ao conhecimento). Desde os anos 70, em modalidades variáveis, as mesmas tendências percebem-se no resto do mundo desenvolvido.

Os Toffler falam, a respeito, de uma “terceira onda”. A “primeira onda” foi a Revolução Agrícola, superando a caça-coleta e que levou milhares de anos para firmar a

¹⁶ Naisbitt, John e Aburdene, Patricia. *Megatrends 2000*. The new directions for the 1990's. New York: Avon Books, 1990, p. 336.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 336.

¹⁸ *Idem*, p. 338. Consultei também outro livro do autor: Naisbitt, John. *Global paradox*. New York: Avon Books, 1994.

“civilização da enxada”. A “segunda onda” foi a da civilização industrial ou da “linha de montagem”, que se impôs em menos de 300 anos. E a “terceira onda” é a da “civilização do computador”. Entre os que vivem hoje, muitos constatarão a sua vitória nas próximas décadas.

Por enquanto, as três civilizações coexistem no planeta. As sociedades da primeira onda provêm produtos primários: matérias-primas agrícolas e minerais. As da segunda onda proporcionam trabalho barato e produção massificada. As da terceira onda possuem novos modos de criar e explorar o conhecimento e a informação, algo intangível em comparação com os fatores de produção que os economistas costumam considerar: capital, matérias-primas, terra, trabalho etc. Na verdade, informação e conhecimento substituem crescentemente o capital e os demais recursos, reduzindo custos. Assim, por exemplo, quanto a um programa de computador dirigindo uma máquina-robô que corta aço: conseguem-se mais peças com a mesma quantidade de matéria-prima do que se fossem cortadas por operadores humanos. A manipulação genética e molecular cria novos materiais, menos volumosos e mais leves, ao que a miniaturização também contribui e que se traduz em menores custos de produção, armazenagem e transporte. Para esses custos menores também contribui o fato de que, paralelamente, estabelece-se uma informação rápida (até minuto a minuto, se for preciso) da relação estoque/fluxo de materiais ou produtos prontos, graças à informática. Ao mesmo tempo que o conhecimento se torna o recurso principal e mais bem remunerado, o tempo revela-se um recurso econômico também central em função da aceleração do ritmo da inovação, dos investimentos e das transações. A competição é intensa e há redes computadorizadas que movem capitais instantaneamente, capitais que migram sem dificuldade entre setores e países. Se o dinheiro se move à velocidade da luz, a informação, idealmente, teria de andar ainda mais depressa!

Em tais condições, torna-se economicamente viável a desmassificação da produção. O comprador de um carro Volvo, nos Estados Unidos, pode escolher hoje em dia entre 20.000 possibilidades para criar o seu “veículo ideal”. É o triunfo do consumidor, num mercado que não é mais global nem mesmo segmentado, mas sim, atomizado: são indivíduos ou famílias comprando por mala direta, pela TV, pela Internet.

Tudo isto exige uma infra-estrutura crescente de meios de comunicação avançados: computadores ligados em redes, estas em redes maiores; telefonia celular; fax. E, na gestão, obriga à terceirização - triunfo das pequenas e médias empresas, eficientes e inovadoras -, à descentralização, à reengenharia empresarial, à iniciativa dos empregados em equipes pequenas; conduz também à remuneração altamente diferenciada do trabalho, em lugar de todos ganharem o mesmo, como era o ideal do sindicato tradicional.

No limite, poder-se-ia imaginar a humanidade toda - mas uma humanidade feita de indivíduos autônomos - ligada entre si mundialmente pela Internet e por outros meios. Seria já possível, no mundo desenvolvido, iniciar a eliminação das grandes cidades, descentralizando residências, produções, gestão, sem qualquer perda de contato ou informação.

O anterior configura, claro, uma visão altamente idealizada ou ideológica, através de insistentes imagens que enfatizam o indivíduo livre, criativo, totalmente

informado e que não sofre ao que parece a interferência de fatores mais amplos - ideologia de classe, publicidade, propaganda política, socialização no interior de certos valores desde a infância etc. Uma das imagens preferidas é a da autoprogramação individual da cultura, da instrução e do lazer pelo uso da televisão a cabo interativa, do videocassete, da multimídia, da obtenção de dados por fax etc. Insiste-se em que indivíduos, mais do que grupos ou instituições, é que são ligados pelos novos meios de comunicação.

Ao contrário do utopismo aberto de Naisbitt, os Toffler - mais próximos de fato do círculo de poder vinculado aos novos interesses e, pela mesma razão, mais realistas - percebem sombras no quadro, mas são, a respeito, adeptos da *Realpolitik*: o parto de uma nova civilização nunca é indolor, mas o custo social vale a pena. Em todos esses autores, a brutal e acelerada concentração da renda está ausente das análises, como estão os *homeless*; o desemprego maciço é visto como problema passageiro que só será resolvido por políticas afinadas com os novos tempos, nunca pelas do *Welfare state* - um dinossauro da segunda onda.

Os Toffler acham que será impossível uma coexistência pacífica da segunda e da terceira ondas no âmbito mundial: são duas civilizações com necessidades radicalmente contrastantes e ideologias também opostas a enfrentar-se. O “ultranacionalismo” é próprio dos países que ainda não completaram a segunda onda e dificilmente poderiam atingir a terceira na sua plenitude; a de se oporia uma “consciência planetária”, uma ideologia de “cidadão do mundo”, posta pela terceira onda a trabalhar pela “globalização” a qualquer preço dos serviços, finanças, negócios e patentes. Derramamentos de sangue são, pois, previsíveis no futuro próximo. Mesmo porque a poluição do mundo, as doenças e a imigração ameaçam a riqueza e o bem-estar minoritários do mundo desenvolvido a partir dos países semi ou subdesenvolvidos. As tensões crescerão e a “nova civilização da terceira onda” provavelmente guerreará para estabelecer sua hegemonia política.

2.3 Tentativas mais interessantes: “supermodernidade”, “estruturismo”, “complexidade”

Falarei, primeiro, da teoria de Marc Augé acerca da supermodernidade enfocada antropologicamente.¹⁹

Para o autor, a “supermodernidade” seria o lado positivo da moeda de que o lado negativo é a noção de “pós-modernidade”: esta tenta mostrar o que o mundo de hoje já não é; Augé quer evidenciar o que ele é.

Em antropologia, o lugar define-se como a construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, servindo de referência para todos aqueles que tal lugar

¹⁹ Augé, Marc. *Non-places*. Introduction to an anthropology of supermodernity. Trad. de John Howe. London/New York: Verso, 1995 (a edição original em francês é de 1992).

destina a uma posição - central, ou periférica, não importa - no sistema dos valores, da hierarquia, do poder. O lugar assim definido é uma base do sentido para os que nele vivem, e torna-se uma base de inteligibilidade para a pessoa de outra cultura que observe e tente entender aquela comunidade na qual o lugar em questão se construiu.

Um lugar tem três características: garante identidade, relações e história. Outra definição possível do conceito: lugar é a idéia, parcialmente materializada (ou seja, em parte inscrita no espaço através de edificações, caminhos, campos cultivados etc.), que os habitantes têm de suas relações com seu território, suas famílias, os outros. Trata-se de uma idéia um tanto variável, conforme as posições ocupadas por pessoas ou grupos, e pode ser mitologizada, mas proporciona e impõe um conjunto de referências que, quando desaparece, é difícil de substituir.

O lugar antropológico é geométrico, mapeável através de linhas, intersecções de linhas e pontos de intersecção. Ou seja: vias ou eixos; esquinas e encruzilhadas ou espaços abertos (lugares de passagem e reunião: mercados, por exemplo); monumentos (templos, sedes de poderes etc.). Os três elementos se superpõem, pelo menos em parte: um caminho ou eixo, por exemplo, une ou passa por monumentos e encruzilhadas.

A modernidade não anulou os lugares assim definidos. Ela se caracterizou por ser concebida como um presente que, ao superar mas, ao mesmo tempo, reivindicar um passado, reconcilia-se com ele, integra-o em si. Ora, se um lugar, em antropologia, pode ser definido como um espaço relacional, histórico e configurador de identidade, então um espaço que não possa ser assim definido, apesar de possuir uma organização, será um não-lugar. A hipótese central de Augé é que a principal característica da supermodernidade seja produzir não-lugares: espaços que não são lugares antropológicos e não integram os lugares constituídos no passado (estes lugares que o passado criou são relegados a “lugares da memória”, circunscritos, tornados específicos ou “outros”).

Vivemos num mundo em que as pessoas nascem em clínicas e morrem em hospitais, onde proliferam pontos de trânsito e residências temporárias, cujas condições são às vezes luxuosas, outras vezes desumanas (cadeias de hotéis ou *spas* análogos, clubes de férias, campos de refugiados, favelas e edifícios abandonados e reocupados: espaços, estes últimos, ameaçados de demolição), onde uma rede densa de meios de transporte está presente (estradas de alta velocidade, aeroportos, interiores de carros, cabines de avião ou trem etc.), onde os freqüentadores de supermercados, bancos 24 horas e máquinas caça-níqueis comunicam-se mediante gestos, mas sem palavras ou com um mínimo de palavras, um mundo, enfim, entregue crescentemente à individualidade solitária, na qual muitas pessoas passam cada vez mais tempo em não-lugares físicos ou virtuais (diante de tubos catódicos de televisão ou microcomputadores, por exemplo).

Lugares e não-lugares são como polaridades opostas: os primeiros não chegam a ser de todo apagados, os segundos não chegam a tudo invadir. É possível que lugares se constituam, pelo menos parcialmente, no interior de não-lugares, humanizando-os e tornando-os menos impessoais e solitários.

Deixarei neste ponto a exposição das idéias de Augé, nas quais talvez se tenha notado que fornecem a base para uma leitura do supermoderno, do moderno e também do pré-moderno (embora eu não tenha acentuado seus exemplos de etnografia africana),

através de um ângulo preciso: o da antropologia do espaço e das modalidades em que se organiza (ou não), nele, o lugar. O trabalho do autor se inscreve na ilustre linhagem de uma antropologia do espaço em que trabalharam, entre outros, André Leroi-Gourhan e Peter J. Wilson. A par de suas qualidades, o livro tem, a meu ver, um defeito principal: distingue o sujeito social unicamente em nível individual, pelo qual as forças que regem o que chama de supermodernidade parecem esfumadas e imprecisas em seu texto.

Abordarei agora o “estruturismo” de Christopher Lloyd. Este autor acha imprescindível uma história holística, estrutural e científica. Para ele, foi um erro, comparável a jogar fora o bebê com a água suja do banho, ter abandonado o projeto do modernismo de construir um fundamento intersubjetivo para o conhecimento do social, alegando em favor desse abandono o caráter destruidor e opressivo dos usos e abusos políticos do cientificismo, da própria ciência e da tecnologia. De acordo com Lloyd, “Abandonar a razão científica é abandonar o único meio de identificar e superar as causas da degradação do meio ambiente ecológico, político e social.”²⁰

A ciência, no entanto, só pode realizar tarefa que seja libertadora dentro de uma comunidade racional, esclarecida e democrática, na qual emerja, sem os vícios habituais, o nível normativo constituído pela metodologia e teoria da pesquisa científica. A ciência não é socialmente normativa em si mesma, mas sim se justifica por suas perspectivas críticas e explicativas, e se servir de alicerce para uma cultura de libertação social, cujos conteúdo e condições a ciência do social pode e deve esclarecer. As alternativas para a validação crítica intersubjetiva da libertação social são a tirania ou o niilismo. Assim, uma ciência histórico-social, estrutural, da sociedade é, para Lloyd, uma necessidade política. Ora, esta necessidade se acha, hoje, sob a mais forte contestação intelectual que já conheceu, em função da crise dos modos de pensar neo-iluministas. O relativismo em múltiplas variantes agora prolifera e ameaça qualquer entendimento e explicação intersubjetivos da sociedade, quando não da natureza. Com isto também se perderia a possibilidade da transformação racional, democrática e emancipadora do mundo social. Neste ponto, o pensamento de Lloyd e o de Jörn Rüsen se encontram.²¹

Lloyd propõe “um arcabouço construído numa perspectiva histórico-estruturista” (expressão que usa para evitar confusão com qualquer estruturalismo) que seja um caminho para solucionar os problemas metodológicos e filosóficos existentes nos estudos sociais - em especial para transcender velhas dicotomias: ciência *versus* hermenêutica, explicação *versus* compreensão, ação *versus* estrutura, mudança *versus* continuidade, história (entendida como o estudo do único e irrepetível) *versus* sociologia (tomada como estudo das regularidades do social).

Ao apresentar o tal arcabouço, oferece uma lista de oito pontos nos quais se nota o desejo de unir elementos do que eu tenho chamado de paradigmas iluminista e pós-moderno da História. Não me parece, porém, que nos dê o mapa da mina, ou seja, o modo efetivo e detalhado de vincular esses elementos num todo coerente teórica e metodologicamente. Mesmo assim, seu livro avança em tal sentido, quando mais não

²⁰ Lloyd, Christopher. *As estruturas da História*. Trad. de Maria Julia Goldwasser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995 (a edição original em inglês é de 1993), p. 215.

²¹ Cf. RÜSEN, Jörn. “Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da ‘nova intransparência’”. *História: Questões e Debates*. Vol.10, número 18-19, Curitiba, 1989, p. 303-328.

seja por denunciar e dissolver falsos becos sem saída e esclarecer pontos que uma discussão até agora bastante anárquica obscurecera, mesmo porque os pós-modernos são dados a afirmações apodícticas, mais do que a refutações rigorosas e detalhadas, e tendem a ver contradições insolúveis nas posições alheias, mas não nas suas.

Numa atitude contraditória - que talvez lhe fosse muito difícil fundamentar em detalhe -, apesar do que prega em matéria de teoria do social, em política Lloyd é, no essencial, um “pós-moderno”. Digo isto porque recusa “planos holísticos e utópicos em relação à boa ou perfeita sociedade futura” como base das práticas políticas e prega a adoção de “modestos objetivos políticos de curto prazo dentro de uma perspectiva de igualitarismo e democracia a longo prazo”.²² O que tornaria duvidoso o que antes proclamou acerca da importância de uma visão “estruturista”, pelo menos no terreno da estratégia política “em migalhas” que parece ser aquela em que acredita “no curto prazo” (seria o caso de perguntar de onde virá o longo prazo marcado por “uma concepção radicalmente igualitária e democrática do processo político” de que também fala?).

Por fim, referir-me-ei a uma superteoria em construção, fundada nos conceitos de complexidade e limite do caos.²³ Nos últimos anos, a partir da generalização e de aplicações numerosas da teoria matemática e física do caos - que tende hoje a ser vista como caso especial no conjunto dos estudos de sistemas complexos -, começou a tomar corpo uma superteoria que, embora sobre bases muito distintas (por exemplo, apesar de evolucionista, recusa a noção de progresso), recorda o materialismo dialético marxista por sua tentativa de unificar numa única visão integral de mundo o humano e o natural, por meio da busca de princípios comuns em pesquisas da complexidade em informática, matemática, física, biologia, arqueologia, psicologia, história etc.

O ponto de encontro multidisciplinar é o Santa Fe Institute, fundado nos Estados Unidos em 1984. O uso maciço de computadores impõe-se, ali, pelo fato de que os sistemas complexos são altamente não-lineares e portanto de difícil estudo matemático. Durante 300 anos, a ciência natural concentrou-se em estudar os aspectos mecânicos, precisos, repetitivos e previsíveis do universo, usando a matemática de Newton e Leibnitz. Isto significou, na prática, deixar de lado na sua maior parte os processos que ocorrem no cosmo, pois são não-lineares e dificilmente previsíveis majoritariamente: clima, ecossistemas, entidades sociais, embriões em desenvolvimento, o cérebro - todas estas são totalidades de dinâmica complexa e não-linear. Em sistemas assim, estímulos pequenos podem, em determinados momentos do processo, levar a conseqüências enormes, ou seja, diferenças mínimas nas condições iniciais de sistemas não-lineares produzem resultados não só grandes como variáveis, razão de sua imprevisibilidade.

É lógico que uma física, matemática e cibernética voltadas para sistemas complexos não-lineares são potencialmente capazes de fornecer idéias e modelos à história e outras ciências sociais. Isto está acontecendo, mas num processo ainda incipiente, em que há coisas loucas e um tanto místicas (como a noção de Gaia, o planeta Terra visto como entidade holística viva), outras bem mais sérias.

²² Lloyd, Christopher. *Op.cit.*, p. 229.

²³ Basear-me-ei em Lewin, Roger. *Complexidade*. A vida no limite do caos. Trad. de Marta Rodolfo Schmidt. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Os sistemas dinâmicos complexos ou não-lineares podem ser produzidos por um conjunto relativamente simples de subprocessos: isto porque, no processo de complexificação (que pode ser bem curto), a teoria prevê e estuda o surgimento de um número limitado de atratores, isto é, configurações a que tenderão os elementos em processo de alteração.

Segundo as teorias e simulações dos estudiosos dos sistemas complexos, propriedades globais podem emergir de interações menores ou locais e, uma vez formadas, interagir com os elementos de base. A auto-organização seria uma propriedade inerente aos sistemas complexos. Os proponentes de uma visão como esta não gostam dos fatores exógenos, cuja incidência tendem a minimizar: é o caso da seleção natural em biologia (sem unanimidade, no entanto), ou das hipóteses migracionistas ou invasionistas em arqueologia. Também se opõem aos reducionismos caros aos pós-modernos: por exemplo, a tendência a esquecer as propriedades morfológicas globais dos indivíduos, desde os achados da biologia molecular de Jacques Monod e François Jacob, ou a “história em migalhas”, o culturalismo relativista antropológico e arqueológico etc.

Os matemáticos, no tocante a sistemas dinâmicos, haviam teorizado três classes de comportamento: ponto fixo, ponto periódico, ponto caótico. Os estudos do caos identificaram um quarto tipo de ponto, intermediário entre o caótico, de um lado, e o fixo ou o periódico, de outro, batizando-o como “limite do caos”. Este último é usado para conceituar as modalidades rápidas, seja de aumento da complexidade (emergência de níveis ou patamares mais complexos de organização num sistema), seja, pelo contrário, de desmoronamento também rápido de uma condição de equilíbrio quase estável em direção a um ponto caótico, com diminuição de complexidade. Note-se que, em tais estudos, prefere-se trabalhar com um subtipo específico dos sistemas complexos: os sistemas adaptativos complexos, os quais teriam ao mesmo tempo a máxima capacidade de transformação e a máxima possibilidade de simulação de seus processos em computador.

Exemplos da aplicação de tais princípios (ou segundo bases por eles influenciadas) às ciências humanas, em estudos que usam métodos e argumentos históricos e arqueológicos, são as análises do colapso de sociedades complexas por autores como Joseph Tainter e Norman Yoffee.

Conclusão

Pode-se ver que enxergo o futuro imediato com pessimismo quanto a alguns processos, com otimismo no tocante a outros. O importante, porém, é não perder o futuro de vista, nem a convicção de ser possível nele influir através das ações e batalhas do presente. O aspecto mais insidioso do pós-modernismo entendido como posição intelectual é, em minha opinião, a visão cinzenta de um futuro em que coisas ocorrerão, mas nada de fato acontecerá no sentido forte da palavra, já que o termo-chave para os que assim pensam é morte: depois da morte do Homem (entenda-se: do sujeito individual ou transindividual), proclama-se a morte da História, a morte das ideologias, a morte das teorias globais. Eu certamente não gostaria de viver nesse futuro que pintam: um futuro

morto. Ainda bem que se trata de um porvir tão reacionário quanto ficcional, construção pessimista e niilista que já agora não é tão difícil desmascarar e desmentir. Como afirmei certa vez por ocasião de uma polêmica, a História mesma se encarrega de enterrar os que gostariam de ser os seus coveiros!

[Recebido para publicação em setembro de 1996]